



RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO PRELIMINAR DE AUDITORIA

Auditoria Integrada, incluída no PGA de 2016 por meio da Decisão nº 6062/2015, com o objetivo de avaliar a gestão e os controles empreendidos pela CODHAB no âmbito do Programa Morar Bem.

(Processo nº 575/2016)



PLANO DE AUDITORIA

1. Apresentação

Trata-se de Auditoria Integrada a ser realizada na Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF – CODHAB, em cumprimento ao PGA 2016.

2. Identificação do Objeto

2. O objeto da auditoria será a gestão da CODHAB no âmbito do Programa Morar Bem.

3. A CODHAB foi criada pela Lei nº 4.020, de 25 de setembro de 2007¹. Sua atuação é articulada com políticas e programas que visem ao desenvolvimento das funções econômicas e sociais da população, preferencialmente de baixa renda, com o intuito de assegurar o bem-estar das comunidades, a melhoria da qualidade de vida e a preservação do meio ambiente.

4. A CODHAB, vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (SEGETH), é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio sob a forma de sociedade limitada, integrante da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal.

5. A Lei define que a Companhia tem a finalidade de executar a Política de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal e abrange como principais competências os seguintes assuntos:

- Desenvolver planos, programas e projetos habitacionais;
- Promover a regularização urbanística, ambiental e fundiária;
- Política de desenvolvimento habitacional;
- Projetos sociais e intervenções urbanas;
- Implementação e otimização da qualidade da habitação;
- Remoção de aglomerados informais ilegais;
- Articulação com estados e municípios relacionados à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE);
- Controle e avaliação com vistas a monitorar o Sistema de Habitação do Distrito Federal (SIHAB/DF);
- Operacionalizar o sistema de seleção, analisando e aprovando os beneficiários da política de subsídios;

6. O Decreto nº 29.072, de 20.05.2008, ao regulamentar a Lei nº 3.877/2006², também dispõe sobre suas atribuições e competências relativas ao implemento da política de habitação local:

¹ Autoriza a criação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF, cria o Sistema de Habitação do Distrito Federal – SIHAB/DF e dá outras providências.

² de 26 de junho de 2006 que dispõe sobre a política habitacional do Distrito Federal.



“Art. 3º. À Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF caberão a execução da Política de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, a coordenação das respectivas ações e a implementação dos Programas Habitacionais de que trata este Decreto.

(...)

§ 2º Caberá à Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF, nos termos do artigo 4º da Lei nº 4.020, de 25 de setembro de 2007, indicar e distribuir os segmentos específicos em que se subdividem os Programas Habitacionais, conforme constante dos incisos I e II do artigo 2º deste Decreto, considerando para a distribuição as condições relativas à pontuação, ao local de moradia, ao local de trabalho, à opção do interessado e características específicas.

§ 3º Será desenvolvido um sistema de planejamento pela CODHAB/DF para acompanhamento e avaliação dos programas habitacionais, devendo ser dada a necessária publicidade.

(...)

Art. 5º. As aquisições dos lotes pertencentes aos Programas Habitacionais estabelecidos no artigo 2º deste Decreto serão onerosas, podendo ser concedidos subsídios para a alienação nos Programas Habitacionais de Interesse Social, inclusive mediante financiamento social.

§ 1º Excetuam-se do caput deste artigo aqueles lotes destinados exclusivamente a famílias de baixa renda.

§ 2º Consideram-se famílias de baixa renda aquelas com renda familiar de 0 a 5 salários mínimos.”

7. A diretoria da Companhia é composta por cinco diretores. Ocupam essas funções, atualmente, os senhores a seguir relacionados:

- Presidente: Gilson José Paranhos de Paula e Silva
- Diretoria de Produção Habitacional (DIPRO): Júnia Salomão Federman
- Diretoria Imobiliária (DIMOB): Jorge Daniel Sette Gutierrez
- Diretoria de Regularização de Interesse Social (DIREG): Cristian Ferreira Viana
- Diretoria Financeira (DIFIN): Eloy Corazza
- Diretoria Administrativa (DIRAD): Carlos Nogueira da Costa

8. O PLANDHIS³ detalha os programas distritais direcionados à habitação de interesse social, quais sejam:

- Programa de Desenvolvimento Institucional;
- Programa de Recenseamento Imobiliário;
- Programa de Revisão e Atualização da Legislação Aplicável;
- Programa de Implantação dos Instrumentos de Gestão da Política Urbana;
- Programa Morar Bem;
- Programa de Regularização Fundiária – Regularizou é seu.

9. A auditoria irá tratar especificamente do Programa Morar Bem, como segue.

Programa Morar Bem

10. O Programa Morar Bem, vinculado ao Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, prioriza a ampliação da oferta de solução de moradias de interesse social e amortização do déficit habitacional através da indução e apoio do Poder Público

³ Plano Distrital de Habitação de Interesse Social.



à produção de novas habitações por agentes privados e sociais.

11. A ação é voltada para famílias com renda bruta de até 12 salários mínimos. Criado em 2011, o programa popular visa a construção de unidades habitacionais no Distrito Federal. A proposta é ofertar moradias com infraestrutura urbana, como abastecimento de água, esgoto sanitário, energia elétrica, iluminação pública, instalações telefônicas, redes de drenagem de águas pluviais, pavimentação asfáltica e, equipamentos públicos, como escolas, postos de saúde e de polícia.

12. Pode participar do programa, o cidadão que atender aos seguintes requisitos:

- Ter maioridade ou ser emancipado na forma da lei;
- Residir no Distrito Federal nos últimos 5 anos;
- Não ser, nem ter sido proprietário, promitente comprador ou cessionário de imóvel no DF;
- Não ser beneficiado em outro programa habitacional no Distrito Federal;
- Possuir renda familiar de até 12 salários mínimos.

13. As condições para participar do Programa Morar Bem estão previstas na Lei nº 3.877/2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal.

Faixas de renda

14. Os candidatos são divididos por faixas de renda familiar que irão definir o tipo de imóvel que será ofertado, a forma de subsídio governamental e o universo de concorrentes para a disputa à unidade habitacional. As faixas são classificadas em:

- Faixa I – renda mensal de 0 a R\$ 1.600,00;
- Faixa II – renda mensal de R\$ 1.600,01 a R\$ 3.275,00;
- Faixa III – renda mensal de R\$ 3.275,01 a R\$ 5.000,00;
- Faixa IV – acima de R\$ 5.001,01 até 12 salários mínimos.

Fases do programa

15. As fases do Programa são as seguintes⁴:

- Inscrição (cadastramento/recadastramento): o interessado deve preencher o formulário na internet com os dados pessoais para concorrer à moradia;
- Pontuação/Classificação: pontuação atribuída aos requisitos informados no ato da inscrição (declaratório), enquadrando o candidato em determinada classificação na fila;
- Convocação: o candidato deve apresentar a documentação para comprovar as informações declaradas na inscrição;
- Habilitação (comprovação dos dados): os dados declarados são confirmados e publicados em Diário Oficial;

⁴ De acordo com o memorando nº 300.000.201/2016/DIMOB/CODHAB/DF



- Manifestação de Interesse: utilizada no período de 2012 a 2014 como parte do processo de habilitação, tratava-se da oportunidade em que os candidatos optavam por até 3 empreendimentos, de acordo com sua faixa de renda. Dessa forma, o candidato concorreria dentro das filas dos empreendimentos escolhidos, segundo sua prioridade de escolha.

Tal manifestação foi extinta por meio da Súmula DIMOB nº 12/2015 em razão do prejuízo aos candidatos que optavam por empreendimentos que não foram concretizados;

- Indicação da demanda: candidatos habilitados são indicados, segundo sua classificação, para determinado empreendimento;
- Titularidade: entrega da unidade habitacional.

Crítérios de classificação/pontuação

16. Para fins de classificação, os candidatos são pontuados de acordo com os seguintes critérios:

- **Tempo de residência** no Distrito Federal – até 4.000 pontos;
- **Tempo de inscrição** no Cadastro da Habitação – até 1.500 pontos;
- **Número de dependentes** - 500 pontos por dependente até o limite máximo de 2.500 (5 dependentes ou mais);
- **Grupo familiar com condições especiais** - pessoas com deficiência ou pessoas com mais de 60 anos - 600 pontos para o titular e 300 pontos para o dependente distribuídos segundo tabela a seguir:

1.4. Grupo familiar com condições especiais - pessoas com deficiência ou pessoas com mais de 60 (sessenta) anos: 1.500 pontos, assim distribuídos.

	A	B
Grupo familiar com 01 membro com condições especiais	300	600
Grupo familiar com 02 membros com condições especiais	600	900
Grupo familiar com 03 membros com condições especiais	900	1.200
Grupo familiar com 04 ou mais membros com condições especiais	1.200	1.500

(A) Grupo familiar em que o candidato não tem condições especiais.

(B) Grupo familiar em que o candidato tem condições especiais.

Fonte: Decreto nº 33.964/2012 que dispõe sobre os critérios de classificação de candidatos inscritos no Cadastro da Habitação do Distrito Federal e dá outras providências

17. A deficiência deve ser declarada no momento da inscrição e comprovada por meio de laudo médico e perícia médica no ato da entrega da documentação.

Distribuição das Unidades Habitacionais

18. De acordo com a Lei nº 3.877/2006, de cada área destinada à habitação de interesse social, **40%** das moradias são destinadas às pessoas do cadastro geral de inscritos individuais, **40%** para pessoas cadastradas junto a cooperativas e associações habitacionais. Os outros **20%** são reservados aos demais programas habitacionais de



interesse social, que passam a contar com a seguinte distribuição:

- **8%** para pessoas com deficiência, ratificada por órgãos especializados⁵;
- **5%** para atendimento aos idosos (a partir de 60 anos);
- **7%** para casos de vulnerabilidade social, a exemplo de famílias removidas em caso de obras de infraestrutura, pessoas que vivem em situação de extrema miséria, moradores de rua e catadores de resíduos sólidos, além de casos críticos por conta de prejuízos ou riscos ao Estado. Os casos serão comprovados por meio de relatórios oficiais elaborados pelos órgãos competentes.

Empreendimentos Habitacionais

19. Os empreendimentos do Programa Morar Bem desde seu início em 2011, até os dias atuais, são os seguintes:

Tabela 1 – Relação de Empreendimentos da CODHAB

Empreendimento	Qtde UH	Morar Bem	Faixas de Renda	Descrição do Empreendimento	Participação do GDF	Tipo de contratação
Jardins Mangueiral	8.000	Sim	Faixa 3 Faixa 4	Obras de habitação concluídas.	Demanda e Contraprestação pela manutenção das áreas públicas	PPP
Estilo Santa Maria	168	Sim	Faixa 2 Faixa 3 Faixa 4	Obras de habitação concluídas.	Indicação de Demanda	MCMV
Paranoá Parque	6.240	Sim	Faixa 1	Já foram concluídas e entregues 3.936 UH e falta ser entregue 2.304 unidades com previsão de entrega para o primeiro semestre de 2016.	Infraestrutura externa e indicação de demanda	MCMV
COER	33	Sim	Faixa 1	Obras habitacionais concluídas com 33 UH. Aguardando emissão de habite-se.	Infraestrutura externa e indicação de demanda	MCMV
Gama	2.400	Sim	Faixa 2 Faixa 3 Faixa 4	Em elaboração e aprovação dos projeto arquitetura, emissão de alvará, registro de memorial de incorporação e contratação das obras junto ao agente financeiro.	Infraestrutura externa e indicação de demanda	MCMV
Guará	405	Sim	Faixa 2 Faixa 3 Faixa 4	Em fase de aprovação dos projetos de arquitetura, emissão de alvará, emissão de licença ambiental e contratação das obras com agente financeiro. Necessita de obras de infraestrutura.	Infraestrutura externa e indicação de demanda	MCMV
Nascente Ribeirão	18.000	Não	Faixa 01 Faixa 02	Em fase de aprovação dos projetos de urbanismo e emissão de licença ambiental	Convênio - Apresentação da lista da CODHAB	Particular
H4 Samambaia	1.008	Sim	Faixa 02	O H4 Samambaia engloba 18 empreendimentos, dos quais 9 estão em obras com 496 UH, 5 estão em fase de habite-se com 288 UH e 4 já foram entregues com 224 UH.	Lista da CODHAB	MCMV
Riacho Fundo II –Etapa III Entidades	1.023	Sim	Faixa 1	Em fase de contratação com o agente financeiro e aguarda recursos do Governo Federal	Infraestrutura externa e indicação de demanda	MCMV

⁵ SEMIDH - Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; SEDHS - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social; SES - Secretaria de Saúde e SSP - Secretaria de Segurança Pública



Empreendimento	Qtde UH	Morar Bem	Faixas de Renda	Descrição do Empreendimento	Participação do GDF	Tipo de contratação
				(FDS/MCMV). Necessita da execução de infraestrutura. URB 67/99 devidamente registrado em Cartório.		
Riacho Fundo II – Etapa III Empresa	1.736	Sim	Faixa 1	Aguarda recursos do Governo Federal (FDS/MCMV). Necessita da execução de infraestrutura. URB 67/99 devidamente registrado em Cartório.	Infraestrutura externa e indicação de demanda	MCMV
Riacho Fundo II – Etapa IV	-	Não	-	Empreendimento da AMMVS	Infraestrutura externa e indicação de demanda	-
Riacho Fundo II - Etapa V Parque do Riacho	5.904	Sim	Faixa 2	Obras de habitação concluídas, com todas as 5.904 Unidades entregues.	Infraestrutura externa e indicação de demanda	MCMV
Itapoã Parque - Trecho I	7.968	Sim	Faixa 1 Faixa 2 Faixa 3	Projeto de urbanismo aprovado pelo Decreto nº 36.251 em 29/05/2015; e renovado pelo Decreto 37.071 em 22/01/2016 e aguarda recursos FAR/MCMV do Governo Federal e recursos CPAC para obras de infraestrutura externa; obras de habitação não iniciadas	Infraestrutura externa e indicação de demanda	MCMV
Itapoã Parque - Trecho II	4.144	Sim	Faixa 1 Faixa 2 Faixa 3	Projeto de urbanismo aprovado pelo Decreto nº 36.251 em 29/05/2015; e renovado pelo Decreto 37.071 em 22/01/2016 e aguarda recursos FAR/MCMV do Governo Federal e recursos CPAC para obras de infraestrutura externa; obras de habitação não iniciadas	Infraestrutura externa e indicação de demanda	MCMV
Bairro Nacional	3.872	Sim	Faixa 1	Em fase de elaboração de estudo ambientais e projetos urbanísticos.	Infraestrutura externa e indicação de demanda	MCMV
Estrutural	-	Não	-	Melhorias Habitacionais	-	PAC
Planaltina - Nova Planaltina	92	Sim	Faixa 1	Em elaboração e aprovação dos projetos urbanísticos (envolve também área de regularização) e arquitetônicos. Aguardando recursos FAR/MCMV do Governo Federal para contratação das obras.	Infraestrutura externa e indicação de demanda	MCMV
Crixá	3.120	Sim	Faixa 1	Em fase de elaboração de estudo ambientais e projeto urbanístico. Aguardando Estudos de Impacto Ambiental pelo IBRAM.	Infraestrutura externa e indicação de demanda	MCMV
Recanto das Emas - Quadra 117/118 - Entidades	530	Sim	Faixa 1	Em fase de contratação com o agente financeiro e aguarda recursos do Governo Federal (FDS/MCMV). Execução da infraestrutura de drenagem e pavimentação em andamento	Infraestrutura externa e indicação de demanda	MCMV
*Recanto das Emas - Qd 117/118 - Empresa	1.736	Sim	Faixa 1	Aguardando recursos do FAR/MCMV do Governo Federal. Execução da infraestrutura de drenagem e pavimentação em andamento	Infraestrutura externa e indicação de demanda	MCMV

Legenda: UH – Unidades Habitacionais; PPP – Parceria Público-Privada; MCMV – Minha Casa Minha Vida; PAC – Programa de



Aceleração do Crescimento.

Fonte: Memorando nº 100.001.033/2016-PRESI/CODHAB/DF.

20. Existem empreendimentos específicos nos quais a Codhab tem algum tipo de participação, porém não serão objeto de análise na presente auditoria pois diferem do Programa Morar Bem. É o caso do empreendimento Residencial Nascente Ribeirão, Paranoá Parque Etapa IV e Estrutural.

Legislação Aplicável

21. Identificaram-se como pertinentes ao trabalho ora proposto as seguintes fontes normativas:

- **Decreto Distrital nº 20.426/1999** - Consolida o Cadastro Geral de Inscritos no IDHAB;
- **Lei Federal nº 10.257/2001** - Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal; estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências – ESTATUTO DAS CIDADES;
- **Lei Federal nº 10.741/2003** – Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências;
- **Lei Distrital nº 3.877/2006** — Dispõe sobre a política habitacional do Distrito Federal.
- **Decreto nº 29.072/2008** - Regulamenta a Lei nº 3.877/2006 e dá outras providências;
- **Lei Distrital nº 3.792/2006** - Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas e dá outras providências;
- **Lei Distrital nº 4.020/2007** — Autoriza a criação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF, cria o Sistema de Habitação do Distrito Federal – SIHAB-DF e dá outras providências;
- **Lei Complementar Distrital nº 796/2008** - Dispõe sobre a Política Habitacional para Pessoas com Deficiência no âmbito do DF e dá outras providências;
- **Lei Distrital nº 4.332/2009** - Dispõe sobre a publicidade do cadastro de programas habitacionais e de programas sociais do Distrito Federal.
- **Decreto Distrital nº 30.742/2009** — Dispõe sobre a criação do cadastro Único de Habitação do Distrito Federal;
- **Decreto Distrital nº 29.972/2009** — Institui o atendimento prioritário à moradia nos programas habitacionais do Distrito Federal;
- **Lei Federal nº 11.977/2009** — Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida;
- **Decreto Distrital nº 33.033/2011** — Dispõe sobre o Novo Cadastro da Habitação do Distrito Federal (revogado);
- **Decreto Distrital nº 33.177/2011** — Dispõe sobre os critérios de classificação de candidatos inscritos no Cadastro da Habitação do Distrito Federal;
- **Decreto Distrital nº 33.799/2012** - Prorroga a validade da Relação de Inscrições Individuais do cadastramento para até 30 de setembro de 2012;



- **EDITAL nº 55 /2012** – Convoca para cadastramento no Novo Cadastro da Habitação;
- **Decreto Distrital nº 33.964/2012** — Altera o Anexo Único do Decreto nº 33.177/2011, que dispõe sobre os critérios de classificação de candidatos inscritos no Novo Cadastro da Habitação e dá outras providências;
- **Decreto Distrital nº 33.965/2012** — Revoga o Decreto nº 33.033/2011 e institui novas regras sobre o Novo Cadastro da Habitação do Distrito Federal;
- **Lei Distrital nº 5.126/2013** - Dispõe sobre a concessão de direito real de uso das áreas destinadas à Política Habitacional do DF;
- **Lei Distrital nº 5.197/2013** - Dispõe sobre a alienação de bens imóveis do DF no âmbito da Política Habitacional de Interesse Social do DF;
- **Portaria Ministério das Cidades nº 247/2014** – Estabelece condições gerais para habilitação das entidades.
- **PLANDHIS** – Plano Distrital de Habitação de Interesse Social.

3. Contextualização

22. A presente auditoria constou do Plano de fiscalização para 2016 aprovado pela Decisão nº 6062/2015, em razão de inúmeras notícias envolvendo falhas no Programa.

23. A fiscalização também foi requerida pelo Deputado Distrital Chico Leite⁶, aprovado pela Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC, *in verbis*:

“Temos recebido notícias encaminhadas por moradores, inscritos no programa habitacional "Morar Bern", sobre suspeita de desvios que precisam ser devidamente apuradas por meio de auditoria ampla no programa.

As informações mais comuns, inclusive noticiados pela imprensa, referem-se a concessão do benefício em desconformidade com a ordem de classificação do programa, gerando benefícios diretos a pessoas ligadas a cooperativas, dirigentes e servidores da secretaria e da companhia.

Informações noticiam que a prioridade de atendimento, assegurada pela Legislação distrital a pessoas com deficiência, do mesmo modo, não vem sendo cumprida. Há relatos de que pessoas acometidas por câncer, síndrome da imunodeficiência adquirida e outras doenças extremamente graves, devido à demora na convocação, estão vindo a óbito. Em contrapartida, pessoas inscritas por entidades são atendidas com maior rapidez, em comparação ao inscritos com deficiência e com doenças graves, bem como à frente daqueles inscritos individualmente e que esperam há décadas por uma oportunidade.

Diante dos fatos narrados, faz-se necessário que o programa seja submetido a ampla auditoria, a fim de que as notícias possam ser devidamente confrontadas, em vista dos instrumentos legais em vigor.”

⁶ Ofício nº 283/15-GMD (e-doc 632FF29F).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE AUDITORIA

TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

24. O deputado teve acesso à programação deste Tribunal por meio do Ofício nº 156/2015-P/SEGECEX⁷.
25. Ademais, o tema é recorrente no Distrito Federal, sendo alvo de inúmeras denúncias pela imprensa distrital.

Cidades. Brasília, segunda-feira, 15 de fevereiro de 2016

JORNAL DE BRASÍLIA 3

PROGRAMA MORAR BEM

Ofertas ilegais feitas livremente

Beneficiários anunciam vendas e aluguéis de imóveis na internet e estão sujeitos a cheque de contrato

14,2 MIL imóveis listados no site do programa Morar Bem

Beneficiários do programa Morar Bem, que tem o objetivo de oferecer moradia para famílias de baixa renda, estão anunciando a venda e o aluguel de imóveis na internet, sem a autorização do programa. Segundo o site, há mais de 14,2 mil imóveis listados para venda e aluguel, o que é considerado ilegal. O programa Morar Bem é uma iniciativa do governo do Distrito Federal, que tem o objetivo de oferecer moradia para famílias de baixa renda. Os beneficiários do programa recebem um valor em dinheiro para serem usados na aquisição de um imóvel. No entanto, muitos beneficiários estão anunciando a venda e o aluguel de imóveis na internet, sem a autorização do programa. Isso pode resultar em penalidades para os beneficiários e para o programa.

versão oficial

Fonte: Jornal de Brasília – 15/02/2016

Venda ilegal de imóveis no Jardins Mangueiral

Sedhab afirma que já foram identificados 21 casos suspeitos até o momento

Ludmila Rocha

ludmila.rocha@jornaldebrasil.com.br

rem concordado com
ras para a aquisição de
alo programa Minha
Vida, do Governo

Federal – entre elas a impossibilidade de transferência do domínio, posse ou qualquer outro direito de uso da propriedade pelo período de dez anos –, muitos moradores do Jardins Mangueiral não têm cumprido essa determinação. Desde o ano passado, a Secretaria de Habitação (Sedhab) já identificou 21 possíveis casos de comercialização ilegal de imóveis.



Fonte: Jornal de Brasília – 01/09/2014

HABITAÇÃO / Cooperativas e construtoras são investigadas pelo Ministério Público do DF. Elas são suspeitas de vender o sonho da casa própria a centenas e até a milhares de pessoas, utilizando inclusive tráfico de influência política

ESQUEMA MILIONÁRIO

LEIAN THIAN
MARIA PULZ

Dois investigadores em uma reportagem do Ministério Público do Distrito Federal (MPDF) apontam a existência de esquemas de venda de terrenos e casas, muitas vezes em áreas de risco, para milhares de pessoas. Os investigadores afirmam que esses esquemas envolvem o uso de influência política para obter terrenos e casas a preços baixos, que são depois vendidos a preços altos para o público em geral. Isso resulta em grandes lucros para os envolvidos e em prejuízos para o governo e para a sociedade.



Dois de quatro alvos do 'Esquema Milionário' no DF: uma construtora que compra mais terrenos do que consegue pagar para a construção.

LEIAN THIAN
MARIA PULZ

Dois investigadores em uma reportagem do Ministério Público do Distrito Federal (MPDF) apontam a existência de esquemas de venda de terrenos e casas, muitas vezes em áreas de risco, para milhares de pessoas. Os investigadores afirmam que esses esquemas envolvem o uso de influência política para obter terrenos e casas a preços baixos, que são depois vendidos a preços altos para o público em geral. Isso resulta em grandes lucros para os envolvidos e em prejuízos para o governo e para a sociedade.

Pesadelo da casa própria

Com cadastro na Codhab, algumas das vítimas do esquema de venda ilegal de lotes contam como funcionava o golpe

MARIA PULZ

SOLANGE COLARES

A exploração do sonho da casa própria se tornou um pesadelo para milhares de pessoas no Distrito Federal. O esquema de venda ilegal de lotes, conhecido como 'Esquema Milionário', envolve a venda de terrenos e casas a preços altos para o público em geral, sem a autorização do governo. Isso resulta em grandes lucros para os envolvidos e em prejuízos para o governo e para a sociedade.



Documento liberado a ocupação de terrenos no Q5-18 do Riacho Fundo II; entre quatro casas estão sendo construídas no local.

DEPOIMENTO

O presidente da comissão investigadora do Ministério Público do Distrito Federal (MPDF) afirma que o esquema de venda ilegal de lotes é uma das principais causas de problemas sociais no Distrito Federal. Ele afirma que o esquema envolve a venda de terrenos e casas a preços altos para o público em geral, sem a autorização do governo. Isso resulta em grandes lucros para os envolvidos e em prejuízos para o governo e para a sociedade.

MARIA PULZ

SOLANGE COLARES

Fonte: Correio Braziliense – 28/04/2010

Negócio suspeito na mira do TCDF

Além do Ministério Público, Tribunal de Contas vai apurar supostas irregularidades nos editais de seleção das associações e empreiteiras

LEIAN THIAN

Dois investigadores em uma reportagem do Ministério Público do Distrito Federal (MPDF) apontam a existência de esquemas de venda de terrenos e casas, muitas vezes em áreas de risco, para milhares de pessoas. Os investigadores afirmam que esses esquemas envolvem o uso de influência política para obter terrenos e casas a preços baixos, que são depois vendidos a preços altos para o público em geral. Isso resulta em grandes lucros para os envolvidos e em prejuízos para o governo e para a sociedade.



Fonte: Correio Braziliense – 30/04/2010

Cooperativas sob investigação

Polícia Civil e Ministério Público apuram a participação de pelo menos 40 entidades em fraude com lotes distribuídos pela Codhab

SOLANGE COLARES

Dois investigadores em uma reportagem do Ministério Público do Distrito Federal (MPDF) apontam a existência de esquemas de venda de terrenos e casas, muitas vezes em áreas de risco, para milhares de pessoas. Os investigadores afirmam que esses esquemas envolvem o uso de influência política para obter terrenos e casas a preços baixos, que são depois vendidos a preços altos para o público em geral. Isso resulta em grandes lucros para os envolvidos e em prejuízos para o governo e para a sociedade.



Cadastros de lotes em áreas de risco no DF foram alvo de investigação da Polícia Civil e do Ministério Público do Distrito Federal.

Fonte: Correio Braziliense – 14/08/2010

26. Além das denúncias sobre diversas irregularidades no Programa que com

⁷ E-doc FOFD4606.

frequência estampam as médias distritais, as ofertas de venda e locação de unidades habitacionais são facilmente identificadas em sítios de anúncios de imóveis.

DF > Distrito Federal região > Aluguel > Apartamentos > Brasília > J Mangueiral

Ap. 2 q. varanda - **R\$1.050**

Inserido em: 30 Outubro 12:00,



Aluguel: R\$1.050

Fonte: Bom negócio.com – 04/11/2014

DF > Distrito Federal região > Venda > Casas > Brasília > J Mangueiral

Casa 3 quarto jardim mangueiral quitada - **R\$260,000**

Inserido em: 28 Outubro 14:45,



Preço: R\$260,000

casa 3 quartos jardim mangueiral 260 mil quitada, ou o ágio por 120mil.

Fonte: Bom negócio.com – 04/11/2014

	JARDINS MANGUEIRAL ÁGIO POR APENAS R\$ 80.000,00 Apartamento à Venda em São Sebastião Quartos: 2 Suítes: 0 Garagens: 2 R\$: 180.000,00 Valor m² R\$: 3.750,00 Área útil/Privativa: 48m² Ágio R\$:80.000,00 Data: 02/02/16 Mais ofertas Anunciante	
	JARDINS MANGUEIRAL ÓTIMO APARTAMENTO TERREO!! Apartamento à Venda em São Sebastião Quartos: 2 Suítes: 0 Garagens: 1 R\$: 180.000,00 Valor m² R\$: 3.214,29 Área útil/Privativa: 56m² Data: 22/02/16 Mais ofertas Anunciante	
	JARDINS MANGUEIRAL Apartamento à Venda em São Sebastião Quartos: 2 Suítes: 0 Garagens: 1 R\$: 175.000,00 Valor m² R\$: 3.125,00 Área útil/Privativa: 56m² Data: 08/03/16 Mais ofertas Anunciante	
	JARDINS MANGUEIRAL NAO ACEITO TROCA Apartamento à Venda em São Sebastião Quartos: 2 Suítes: 0 Garagens: 1 R\$: 170.000,00 Valor m² R\$: 3.541,67 Área útil/Privativa: 48m² Ágio R\$:90.000,00 Data: 07/03/16 Mais ofertas Anunciante	

Fonte: wimóveis.com.br – 08/03/2016

	Casa, Jardim Botânico 2 quartos 56 m² Condomínio: R\$ 270 2 vagas Brasília, J Mangueiral Casas - Anúncio Profissional R\$ 1.300 Hoje 11:20
	Apartamento mobiliado 2 quartos 58 m² Condomínio: R\$ 250 1 vaga Brasília, J Mangueiral Apartamentos R\$ 850 Ontem 18:57
	Casa 2 quartos Mangueiral 2 quartos Condomínio: R\$ 280 1 vaga Brasília, Asa Norte Casas R\$ 1.000 Ontem 15:34
	Alugo casa 03 Quartos no Jardins Mangueiral 3 quartos 111 m² 2 vagas Brasília, J Mangueiral Casas R\$ 1.700 4 Mar 17:28
	Apartamento Jardins Mangueiral 2 quartos Condomínio: R\$ 280 1 vaga Brasília, J Mangueiral Apartamentos R\$ 750 3 Mar 08:10

Fonte: olx.com.br – 08/03/2016



27. A seguir, são indicados os processos e as decisões mais relevantes decorrentes de fiscalizações anteriores relacionadas ao objeto em análise nestes autos.

Processo nº 35.357/2007

Representação nº 4/2007 - MF. PPP imobiliária da TERRACAP (Mangueiral), destinada à construção de unidades habitacionais para 28 mil pessoas. Inspeção para verificar existência de privilégio na participação de servidores.

Decisão nº 2732/2010

“O Tribunal, (...), decidiu: (...) autorizar a CODHAB a dar prosseguimento ao procedimento de pré-qualificação apenas para os interessados inscritos no Cadastro Geral da CODHAB (Lista Única), até o limite de 40%”

Determinar (...) à CODHAB que (...) a) informe os nomes dos novos habilitados incluídos na lista divulgada no dia 12.03.2010 (...), bem como esclareça os motivos e os critérios que levaram a tal inclusão”

Decisão nº 6512/2009

“O Tribunal, (...), decidiu: (...) determinar à CODHAB(...) que suspenda, de imediato, o procedimento de pré-habilitação de servidores públicos às Unidades Domiciliares Econômicas do Projeto Mangueiral, de que trata o Edital de convocação publicado no DODF de 09.09.09”

Processo nº 13.813/2011

Auditoria operacional na CODHAB sob a perspectiva da economicidade e eficiência nos termos da Lei 4.020/2007, inclusive considerando a sua estrutura física, material e de pessoal.

Decisão nº 4088/2015

“O Tribunal, (...), decidiu: (...) determinar a CODHAB que:

b) implemente mecanismos de controle visando aferir a observância às condições contratuais, em especial aquelas que tratam do prazo de inalienabilidade e intransmissibilidade dos imóveis; c) realize auditoria visando aferir eventual inobservância às condições contratuais, em especial aquelas que tratam do prazo de inalienabilidade e intransmissibilidade dos imóveis”

Decisão nº 4456/2013

“O Tribunal, (...), decidiu: (...) recomendar à CODHAB(...) que: b) adote medidas tendentes a sanar as falhas concernentes à ausência de quadro de empregados efetivos; c) reavalie o processo de validação de dados cadastrais dos candidatos à aquisição de imóveis, de modo a observar um acurado controle no processo de homologação do beneficiário e, de forma a garantir a lisura do procedimento, implante uma rotina periódica de auditoria dos processos homologados”

Processo nº 5.190/2013

Possíveis irregularidades nos Editais de Chamamento nºs 04 e 05/12, para seleção de empresas que implantarão empreendimento habitacional no Itapoã Parque, no âmbito do Programa Morar Bem.

Decisão nº 828/2015

“O Tribunal, (...), decidiu: (...) autorizar o sobrestamento do exame dos autos até o deslinde da ACP nº 2013.01.1.161878-5”



O MPDFT ajuizou a presente ACP com o escopo de suspender, em caráter de urgência, os efeitos da licitação formalizada por meio do Edital de Chamamento nº 5/2013 que visa à construção de unidades habitacionais em Itapoã/DF. Alega, para tanto, a presença de irregularidades relacionadas à ausência de autorização legislativa, inconstitucionalidade incidental da Lei nº 5197/2013, violação ao art. 23, inc. I, da Constituição Federal, inexistência de projeto básico, ausência de planilha de custos unitários, falta de licença ambiental, ausência de dotação orçamentária e estimativa de impacto orçamentário-financeiro, isso sem falar na ausência de caracterização precisa do objeto a ser licitado, bem como por frustração ao caráter competitivo que deve nortear qualquer procedimento de licitação

Processo nº 38.040/2015

O Ministério Público de Contas – MPC recebeu denúncia de que os imóveis vendidos por meio de programa governamental de habitação no Projeto Manguelral estariam sido alienados a terceiros, desvirtuando-se assim a política de habitação que deu origem ao projeto, de garantir moradia a pessoas habilitadas em lista, para compra em condições especiais de Unidades Domiciliares Econômicas.

Decisão Liminar nº 31/2015 referendada pela Decisão nº 36/2016

“Diante do exposto, ad referendum do e. Plenário (...) DECIDO:
“ conhecer da Representação nº 15/2015-MF; II. conceder, (...), o prazo de 30 (trinta) dias à CODHAB para que apresente esclarecimentos quanto ao teor da Representação”

Processo CGDF nº 480.000.359/2013

Auditoria da Secretaria de Transparência e Controle do DF no Programa Morar Bem – período de 04/06/2013 a 30/08/2013.

- B.4.1 – Elevado índice de inhabilitações nas convocações;
B.4.2 – Denúncias de fraudes envolvendo as entidades habitacionais;
B6 – Análise do sistema de informação que dá suporte à gestão do novo cadastro habitacional;
B.7 – Fiscalização dos imóveis entregues;
Recomendações:
- aplicação de filtros após o cadastramento de forma a racionalizar os procedimentos operacionais de habilitação;
- aprimorar a gestão fiscalizatória, no sentido de exigir das entidades critérios de substituição dos associados desistentes, promovendo a substituição pela lista geral RII;
- analisar a pertinência quanto à continuidade da sistemática de inclusão das associações e cooperativas na distribuição da demanda habitacional, promovendo as respectivas mudanças legais pertinentes;
- publicação de lista final após o processo de habilitação, por meio da implantação efetiva e definitiva da rotina de reclassificação;
- gestão junto à Secretaria de Fazenda do DF visando a conectividade direta e em tempo real de consulta à base de dados do IPTU
- relatórios gerenciais das migrações realizadas pelos candidatos inscritos na lista RII que optarem em permanecer na relação RIE;
- adotar as medidas judiciais e administrativas com vista à retomada dos imóveis em tela anunciados para locação;
- estruturar sistemática de verificação e retomada de imóveis que sejam locados ou alienados.

Ação Civil Pública nº 00995-2008-012-10-00-0

Ação Civil Pública da 12ª vara de trabalho de Brasília que trata da contratação irregular de trabalhadores no âmbito da Codhab.

Condenar a ré COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB a **abster-se definitivamente de contratar trabalhadores** para o exercício de emprego ou cargo em comissão, sem concurso público, ao arrepio do artigo 37, II da CF/88, ou seja, para



empregos ou cargos em comissão, mesmo em atribuições de direção, chefia e assessoramento que não sejam criados por lei.

Pena de pagamento da multa no valor de R\$ 10.000,00 por cada trabalhador admitido nessas condições ilegais, o qual será revestido para o FAT, declarando ainda, a nulidade dos 35 contratos de trabalho firmados nessa ilegal modalidade, (...).

Procedimento Administrativo nº 08190.064393/14-80 - MPDFT

Procedimento administrativo da 4ª Promotoria de justiça de defesa do patrimônio público e social - MPDFT para acompanhamento e fiscalização da regularidade do programa habitacional de interesse social do Distrito Federal, no que se refere à cota destinada a entidades habitacionais.

Desdobramento de tal atuação foi a instauração de inquérito policial junto à DECAP (Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Administração Pública) para apuração das irregularidades. Adicionalmente, houve a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC nº 01/2015, entre Codhab e MPDFT.

4. Áreas e Pontos Potencialmente Significantes

28. No objeto de auditoria, os seguintes pontos merecem ser abordados ou considerados no desenvolvimento dos trabalhos:

- **Ponto forte:** (1) Existência de critérios objetivos para pontuação dos interessados assegurados em Decreto. (2) Transparência, ainda que incipiente, das listas dos interessados inscritos, habilitados e contemplados.
- **Ponto fraco:** (1) Ausência de quadro de pessoal próprio. (2) Inexistência de critérios objetivos de distribuição das unidades habitacionais entre as entidades credenciadas. (3) Ausência de recursos tecnológicos que permitam a validação das informações declaradas pelos interessados.
- **Oportunidade:** (1) Existência de Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Codhab e o MPDFT referente à transparência e aprimoramento da gestão da Companhia.
- **Ameaça:** (1) Falta de recursos advindos do Programa Minha Casa Minha Vida, que financia e subsidia as construções de unidades habitacionais gerenciadas pelo Programa Morar Bem. (2) Existência de candidatos com interesse diverso da finalidade original do Programa. (3) Presença de grupos de pressão com interesses individuais e influência política suficientes para obter vantagens não condizentes com os objetivos do Programa.

5. Destinatários do Relatório de Auditoria

29. O Relatório de Auditoria terá como destinatários o TCDF, a CODHAB, a Câmara Legislativa do DF, a Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC, a Controladoria-Geral do DF, o Tribunal de Contas da União e a 4ª Promotoria de justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (MPDFT).

6. Objetivo Geral da Auditoria

30. Avaliar a gestão e os controles empreendidos pela CODHAB no âmbito do



Programa Morar Bem.

7. Objetivos Específicos

31. As questões de auditoria estão assim definidas:

1. O processo de seleção dos interessados respeita os ditames legais e os princípios constitucionais?
2. O programa habitacional Morar Bem cumpre sua finalidade?

8. Escopo

32. A auditoria abrangerá a gestão e os controles da CODHAB no âmbito do Programa Morar Bem em todos os empreendimentos que o compõem, conforme a relação da Tabela 1.

33. Destaca-se que as unidades habitacionais dos projetos do “Riacho Fundo II – Etapa IV”, “Nascente Ribeirão” e “Estrutural” não serão objeto da presente auditoria, por se tratarem de contratações específicas com gestão diversa da empreendida no Programa Morar Bem.

34. O período a ser considerado compreende o início do Programa Morar Bem, 2011 até os dias atuais - 2016.

9. Montante Fiscalizado

35. O montante **empenhado** para custeio do objeto fiscalizado para os exercícios 2011 a 2016, de acordo com o SIGGO⁸, consta do Quadro a seguir:

Tabela 2 – Montante empenhado (R\$) para custeio do Programa Morar Bem

Programa de Trabalho	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Construção de Unidades Habitacionais (16.482.621.812.130.900)	0,00	97.600,00	0,00	0,00	0,00	338.700,00
Execução de Obras de Urbanização (15.451.620.811.109.500)	Sem previsão orçamentária	13.998,00	780.004,93	0,00	83.603.882,12	42.048.722,28
Urbanização de setores habitacionais- DF (16.451.621.831.490.000)	Sem previsão orçamentária	4.086.366,10	Sem previsão orçamentária	Sem previsão orçamentária	Sem previsão orçamentária	Sem previsão orçamentária
Executar obras de infraestrutura em áreas de interesse social (16.127.620.817.290.000)	0,00	Sem previsão orçamentária	Sem previsão orçamentária	31.823.432,61	Sem previsão orçamentária	Sem previsão orçamentária
Gestão de política habitacional (16.122.621.840.450.000)	Sem previsão orçamentária	Sem previsão orçamentária	Sem previsão orçamentária	7.016.278,25	1.296.008,61	0,00
Manutenção do setor habitacional mangueiral (16.452.621.840.330.000)	150.000,00	381.009,32	1.402.071,95	676.481,27	5.326.083,72	191.667,00
TOTAL ANUAL (R\$)	150.000,00	4.578.973,42	2.182.076,88	39.516.192,13	90.225.974,45	42.579.089,28
TOTAL NO PERÍODO (R\$)	179.232.306,16					

* Fonte: SIGGO












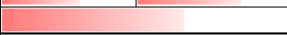
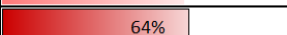
⁸ Sistema Integrado de Administração Contábil - SIGGO

10. Avaliação do Controle Interno

36. A Avaliação de Riscos objetiva delimitar a natureza, extensão e profundidade dos testes a serem realizados na auditoria. Nessa oportunidade são avaliados os Riscos Inerente e de Controle conforme a seguinte definição:

Risco Inerente / Risco de Controle	
Elevado $\geq 66\%$	
33% \leq Moderado $< 66\%$	
Baixo $< 33\%$	

37. Para aferir o **Risco Inerente** ao objeto de auditoria consideraram-se as seguintes variáveis: gravidade⁹, urgência¹⁰, tendência¹¹, criticidade¹², relevância¹³ e materialidade¹⁴, relativas ao jurisdicionado e à matéria a ser auditada, conforme tabela a seguir, resultando em um risco **moderado**:

	Codhab	Programa Morar Bem
Gravidade		
Urgência		
Tendência		
Complexidade		
Relevância		
Materialidade		
TOTAL		
Média		
Risco inerente (%)	64%	

Legenda:





-  Baixa
-  Média
-  Alta
-  N/A

Figura 1 – Quadro resumo das avaliações para estabelecimento do Risco Inerente

38. No tocante ao **Risco de Controle**, aplicou-se ao titular da Unidade de Controle Interno da CODHAB o questionário¹⁵ associado aos autos como PT 02 (e-doc 4EDD1246), estimando o Risco de Controle como **Elevado (78%)**, conforme resumo apresentado a seguir:

⁹ Representa o impacto, a médio e longo prazo, do problema analisado caso ele venha a acontecer sobre aspectos, tais como: tarefas, pessoas, resultados, processos, organizações, entre outros.

¹⁰ Representa o prazo, o tempo disponível ou necessário para resolver um determinado problema analisado. Quanto maior a urgência, menor será o tempo disponível para resolver esse problema. Deve ser avaliada tendo em vista a necessidade de se propor soluções a fim melhorar a gestão da/do referida matéria/órgão.

¹¹ Representa o potencial de crescimento do problema e a probabilidade deste se agravar. Recomenda-se fazer a seguinte pergunta: "Se esse problema não foi resolvido agora, ele vai piorar pouco a pouco ou vai piorar bruscamente?"

¹² Pode-se medir a complexidade avaliando se os constituintes da matéria são heterogêneos, se há multiplicidade nas ações, interações e acontecimentos e se há a presença de traços de confusão, acasos, caos, ambiguidades, e incertezas.

¹³ A relevância deve ser avaliada, independentemente da materialidade do objeto de auditoria, a fim de buscar a importância qualitativa das ações em estudo, quanto à sua natureza, contexto de inserção, fidelidade, integralidade das informações.

¹⁴ A materialidade traduz a razão entre a despesa autorizada relativa à(s) matéria(s) auditada(s) e o total da despesa autorizada para o órgão no exercício, excluídas as despesas com pessoal e encargos.

¹⁵ elaborado considerando as componentes definidas na metodologia do COSO II - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission

Risco de Controle com base nas componentes do COSO 2	
Ambiente Interno	44%
Definição de Objetivos	100%
Identificação de Eventos	100%
Avaliação de Risco	100%
Resposta ao Risco	67%
Atividades de Controle	30%
Informação e Comunicação	92%
Monitoramento	90%
Risco de Controle	78%

Figura 2 – Quadro resumo das avaliações para estabelecimento do Risco de Controle

39. Ademais, em que pese haver na estrutura organizacional da Codhab a figura da “**Auditoria Interna - AUDIN**” desde 2011¹⁶, apenas em maio/2015 foi nomeado servidor da carreira de Auditoria de Controle Interno do DF para dirigi-la, conforme preceitua o Decreto Distrital nº 32.752/2011 que dispõe sobre a criação das Unidades de Controle Interno - UCI em cada Secretaria de Estado.

40. Tais Unidades subordinam-se normativa e tecnicamente à Controladoria-Geral do DF (CGDF)¹⁷ e, no caso da Codhab, figura como um órgão de assessoramento ligado diretamente à presidência da companhia, conforme ilustra o organograma a seguir:



Figura 3 – Organograma Codhab

41. Por fim, a ausência de quadro próprio de servidores¹⁸ representa significativo prejuízo aos controles internos do órgão, posto que há elevada rotatividade de funcionários ocasionando, frequentemente, quebra na continuidade dos serviços e nas rotinas de trabalho.

42. Diante de tal realidade, é de se esperar que os controles internos do órgão sejam fracos, requerendo maior atenção dessa equipe, de modo a minimizar os riscos de auditoria.

11. Risco de Auditoria

43. Uma vez que o Risco **Inerente** foi avaliado como **moderado** (64%) e os controles internos como **fracos** (Risco de Controle = 78%), de acordo com a Tabela 3, será preciso

¹⁶ Regimento interno da Codhab data de 06/09/2011.

¹⁷ Decreto nº 34.367/2013, art 1º, § único.

¹⁸ Processo TCDF nº 13.813/2011, decisão



um grau de testes **moderado a alto** a fim de minimizar o risco de auditoria.

Tabela 3 – Análise da extensão dos testes de auditoria (Fonte: Manual de Auditoria TCDF – Parte Geral)

Risco Inerente	Risco de Controle	Controle Interno	Grau de Testes de Auditoria
Elevado	Elevado	Fraco	Alto
	Moderado	Adequado	Moderado a alto
	Baixo	Forte	Baixo a moderado
Moderado	Elevado	Fraco	Moderado a alto
	Moderado	Adequado	Moderado
	Baixo	Forte	Baixo
Baixo	Elevado	Fraco	Baixo a moderado
	Moderado	Adequado	Baixo
	Baixo	Forte	Muito baixo

12. Equipe de Auditoria e Recursos Necessários

44. A equipe que executará a auditoria deve ser constituída de 2 auditores, não sendo necessário perfil específico.

45. Serão necessários recursos tecnológicos não disponíveis no Tribunal, como acesso a Base de Dados públicos e ferramentas de cruzamento de grande massa de dados, razão pela qual foi estabelecida parceria com a Secretaria de Transparência e Controle do DF.

13. Cronograma

46. A execução dos trabalhos ocorrerá de acordo com o seguinte cronograma:

Atividade	Dias úteis necessários
Realização dos trabalhos de campo	27
Elaboração das Matrizes de Achados e de Responsabilização (se houver)	5
Elaboração da versão prévia do Relatório de Auditoria	10
TOTAL	42

47. Estima-se que esse prazo corresponda a um período de cerca de **90** dias corridos.

14. Papel de Trabalho I — Matriz de Planejamento

48. A Matriz de Planejamento está juntada aos presentes autos (e-DOC F8E71773-e).